ATA DA 10ª (DÉCIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.

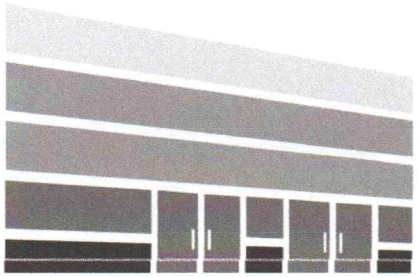
Sessão realizada aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar César Augusto de Paiva Maia, com os trabalhos da 1ª vice-presidente Rárika de Araújo Bastos, do 2º vice-presidente José Michael Lucena Diniz, do 1º secretário Thiago Fernandes da Silva e do 2º secretário Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Raphaela da Silva Cruz, Rômulo Dantas da Silva, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirinense, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando a vereadora Rafaela de Nilda para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Josué, capítulo 1, versículo 9. O presidente solicitou ao 2º secretário a leitura da ata da 86ª (octogésima sexta) Sessão Ordinária, realizada no dia 26 de agosto de 2025. O presidente agradeceu ao 2º secretário e iniciou a discussão e a votação da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação pelos parlamentares presentes, com solicitação da vereadora Rárika Bastos para refazer a votação para contabilizar o voto da vereadora Rafaela de Nilda. Ato contínuo, o presidente solicitou ao 1º secretário a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de: Projeto de Lei Complementar n. 02/2026 – "dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores públicos de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal – Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz); Projeto de Lei n. 07/2026 – "dispõe sobre a Política Municipal de Arborização Urbana e consolida as diretrizes para o planejamento, manejo, proteção, plantio e fiscalização da vegetação de porte arbóreo em Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rárika de Araújo Bastos); Projeto de Lei n. 015/2026 – "dispõe sobre a realização de interdições de vias públicas para execução de obras no âmbito

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão
Data: 14/05/2026
Thiago Fernandes
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação
Data: 14/05/2026
Thiago Fernandes
1º Secretário

do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Ítalo de Brito Siqueira); Projeto de Lei n. 016/2026 – "dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações Sociais, estabelece regras para o chamamento público e celebração de Contrato de Gestão com o poder público municipal, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal – Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz); Projeto de Lei n. 017/2026 – "altera os incisos IV e VII do art. 8º da Lei Ordinária n. 2.002, de 09 de dezembro de 2019, institui a Carteira de Identificação para Famílias Acolhedoras, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal – Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz); Requerimento Legislativo n. 010/2026 – "requer, ouvido o Plenário, com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 39, inciso XIX, da Lei Orgânica do município de Parnamirim, e no artigo 18, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, convidar a Secretária Municipal de Educação de Parnamirim, senhora Eliza Cristina Toscano, para que compareça ao Plenário desta Casa Legislativa, em data a ser previamente agendada, com a finalidade de prestar contas e esclarecimentos sobre a educação municipal" (autoria: Poder Legislativo Municipal – Comissão Permanente de Educação); Requerimento Legislativo n. 015/2026 – "requer, ouvido o Plenário com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 39, inciso XIX da Lei Orgânica do Município de Parnamirim e no artigo 18, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC, solicitando as seguintes informações acerca da utilização dos recursos recebidos pelo município por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – ciclo 1: data exata do crédito dos recursos na conta do município; cronograma detalhado de execução e aplicação dos recursos; plano de aplicação dos recursos; situação atual da execução financeira, informando valores já empenhados, liquidados e pagos, se houver" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva); Requerimento Legislativo n. 016/2026 – "requer ouvido o Plenário com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 39, inciso XIX da Lei Orgânica do município de Parnamirim e no artigo 18, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que seja encaminhado expediente à

Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, solicitando o envio de relatório detalhado de todos os veículos vinculados à referida secretaria, compreendendo o período de janeiro de 2025 até a presente data. O relatório deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: quantidade total de veículos pertencentes ou a serviço da secretaria; placas de identificação de cada veículo; quilometragem inicial em janeiro de 2025 e a quilometragem atual de cada veículo; informações sobre a utilização dos veículos (se estão em atividade, parados para manutenção ou fora de circulação); combustível utilizado e pago por cada veículo, neste período" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva); Requerimento Legislativo n. 017/2026 – "vem apresentar o presente requerimento, solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei n. 139/2024" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador José Afrânio Bezerra da Silva); Moção de Apelo n. 01/2026 – "à federalização das investigações do caso orelha" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino); Moção de Aplauso n. 031/2026 – "à senhora Renata da Silva Cruz, Secretária Municipal de Serviços Urbanos, pelo notável trabalho de organização, eficiência e celeridade na execução dos serviços durante todo o período do Carnaval 2026 em nosso município" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki); Moção de Aplauso n. 033/2026 – "a Câmara Municipal de Parnamirim, no uso de suas atribuições legais, manifesta seus votos de aplausos, congratulações e reconhecimento ao atleta Paulo Eduardo da Costa, natural de Parnamirim/RN, pelo extraordinário feito esportivo ao conquistar a medalha de bronze na prova de paraciclismo de estrada durante o Campeonato Pan-Americano de Paraciclismo, realizado em Indaiatuba (SP)" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos); Indicações ns. 100/2026 e 101/2026, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicações ns. 105/2026 e 106/2026, de autoria da vereadora Rárika de Araújo Bastos; Indicações ns. 111/2026 e 112/2026, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicações ns. 120/2026 e 121/2026, de autoria do vereador Jonas Monteiro Carlos Godeiro; Indicações ns. 139/2026 e 140/2026, de autoria do vereador Michael Borges de Souza Bernardino; Indicações ns. 143/2026 e 144/2026, de autoria do



vereador Rodrigo Albuquerque Cruz; Indicações ns. 145/2026 e 165/2026, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 148/2026 e 152/2026, de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires; Indicações ns. 149/2026 e 150/2026, de autoria do vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki; Indicações ns. 159/2026 e 160/2026, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicações ns. 176/2026 e 183/2026, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Pareceres da Comissão Permanente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: Parecer ao Projeto de Lei n. 02/2025 – "institui a denominação oficial da praça localizada na antiga feira de Pium, neste município e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Hamilton Rademacker Pereira); Parecer ao Projeto de Lei n. 047/2025 – "dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivo à *Agricultura Urbana no município de Parnamirim/RN e dá outras providências*" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador César Augusto de Paiva Maia); Parecer ao Projeto de Lei n. 077/2025 – "declara as praias de Pium, Cotovelo e Pirangi do Norte como Patrimônio Material e Turístico do Município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Eder Rodrigues de Queiroz); Parecer ao Projeto de Lei n. 085/2025 – "dispõe sobre a proibição do uso de utensílios de plástico na preparação e armazenamento da merenda escolar na rede municipal de ensino do município de Parnamirim/RN e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino); Parecer ao Projeto de Lei n. 217/2025 – "Institui o *Programa municipal de instalação de parques infantis em todas as praças e áreas comuns* no município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki); Ofícios ns. 047/2026, 057/2026 e 058/2026, de autoria da Prefeitura Municipal de Parnamirim. O 1º secretário fez uma correção na Indicação n. 150/2026, de autoria do vereador Eurico da Japão, e informou que o expediente foi lido. O vereador Michael Diniz, que assumiu interinamente a Presidência, agradeceu ao 1º secretário a leitura do expediente e abriu as inscrições para o uso da tribuna. Em seguida, informou o resultado das inscrições que teve como oradores inscritos os vereadores: Eurico da Japão, Gabriel César e Michael Borges. O presidente interino Michael Diniz convidou o vereador

Eurico da Japão para ocupar a tribuna. O vereador Eurico da Japão cumprimentou a todos iniciou seu pronunciamento relatando um ocorrido na UPA (Unidade de Pronto Atendimento) no último sábado, quando foi acionado por meio do Instagram por uma pessoa que solicitou sua presença para verificar a situação de um familiar, afirmando que, ao chegar, constatou que a recepção estava lotada, bem como a área interna de atendimento médico. Disse que buscou informações sobre a demora e foi informado de que havia apenas um médico atendendo, quando deveriam ser 3 (três), além de 1 (um) no "Fast". Com isso, se dirigiu à administração para questionar a ausência dos profissionais, momento em que, segundo afirmou, os médicos passaram a comparecer, totalizando 3 (três) em atendimento, o que, em menos de 20min, zerou a fila interna, não havendo mais paciente a ser atendido, embora a recepção permanecesse lotada. Acrescentou que, ao verificar a triagem, constatou a presença de apenas 1 (uma) enfermeira, sendo informado que a segunda enfermeira estaria em horário de descanso e retornaria com cerca de 40min, relatando que aguardou, porém, o prazo foi ultrapassado sem retorno da enfermeira, permanecendo ausente por aproximadamente 1h, até que, após nova ida à administração, a profissional apareceu. Nesse intervalo, chegou uma paciente idosa, com cerca de 90 anos, em situação de urgência, ocasião em que houve dificuldade para localizar a cadeira de rodas e maqueiro, sendo disponibilizada apenas a cadeira de rodas após algum tempo, acrescentando que voltou à administração para questionar a ausência dos maqueiros, sendo informado de que estavam em outra ala realizando procedimento. Após serem chamados, aguardou a chegada dos profissionais, mas que, ao chegar, o maqueiro teria feito comentários em tom de "piada", mencionando a necessidade de mais cadeiras de rodas e até de outra UPA, ao que respondeu que a paciente já se encontrava na cadeira de rodas, restando apenas a condução para triagem e atendimento médico, visto que a paciente apresentava quadro grave, com problema cardíaco identificado em exame. Prosseguindo, relatou que, quando a segunda enfermeira da triagem chegou, questionou o motivo da demora, sendo informado que estava em horário de descanso, e que, ao ser indagado se ele seria atendido, respondeu que estava no local na condição de vereador, em fiscalização, momento em que a profissional declarou, em voz alta,

que vereadores "fingem fiscalizar", acrescentando que um porteiro também teria dito que os vereadores "só tinham ladainha", postura que considerou inadequada dos servidores diante de autoridade no exercício da função. Relatou também que, após o ocorrido, a enfermeira retornou ao interior da unidade sem dar continuidade ao atendimento. E mais: ao se encontrar em uma sala buscando informações sobre o paciente, relatou que um médico oriundo da sala vermelha entrou no local afirmando que não sabia o que estava fazendo ali, mencionando que teria ido "fugir do serviço", o que, segundo o vereador, indicaria que o profissional teria se ausentado de sua função, ressaltando a gravidade da situação diante da possibilidade de ocorrência de urgência no setor, podendo ter como consequência a morte de algum paciente. Prosseguindo, disse não compreender a falta de atendimento dos médicos, visto que identificou o consultório com a porta aberta e sem a presença de médico e, ao buscar esclarecimentos, foi informado de que apenas um profissional estava em atendimento, o que motivou a busca por informações. O tribuno considerou a situação inadmissível, especialmente quanto à fala da servidora, concluindo que ela não se dirigiu apenas a ele, mas a todos os vereadores, ao afirmar que estes "fingem fiscalizar". Em aparte, o vereador Gabriel César saudou a todos e afirmou tratar-se de uma situação complexa a relatada pelo tribuno, visto que a fiscalização é uma atribuição do parlamentar, sendo as principais ferramentas: a voz e a presença. Ponderou que, embora exista a vontade de resolver diretamente os problemas, cabe ao Poder Executivo a execução das ações, sendo necessário provocá-lo para que adote as medidas cabíveis, manifestando tristeza com os fatos ocorridos na UPA de Nova Esperança. Informou que também realizou visita à unidade em data recente, ocasião em que verificou a presença de médicos em atendimento conforme escala, relatando que buscou informações sobre os pagamentos e foi informado de que os profissionais, contratados por meio da cooperativa, haviam recebido apenas a nota referente ao mês de outubro, permanecendo pendentes os meses de novembro, dezembro e janeiro, inclusive, já provocaram à Secretaria de Saúde para esclarecimentos acerca dos repasses à empresa responsável, reafirmando que, na ocasião de sua fiscalização, os médicos se encontravam em atendimento. Discorreu que também se deparou com situação semelhante à mencionada,

informando que, na área de triagem, havia apenas 1 (uma) equipe realizando os atendimentos, quando o correto seriam 2 (duas), sendo informado de que ocorria revezamento em razão do horário de descanso garantido por lei. Destacou, contudo, que a situação causa estranheza e indignação, reiterando que o papel do parlamentar é fiscalizar, cobrar e visitar. Disse que, conforme o relato apresentado, foram identificados problemas envolvendo médicos, maqueiros, portaria, triagem e enfermagem, praticamente comprometendo o funcionamento da unidade, sendo necessário a atuação da Secretaria de Saúde e da administração da UPA para corrigir as falhas, tanto no que se refere aos pagamentos quanto à organização das equipes, pois não é admissível deixar a população sem atendimento. Disse que já dialogou com a direção da unidade, sugerindo a adoção de revezamento; uma escala adequada entre os médicos, de modo que, enquanto um estiver em horário de descanso, outro permaneça em atendimento, evitando a ausência simultânea de profissionais e a interrupção do serviço, pois não é admissível que o paciente chegue à unidade e, mesmo havendo poucas pessoas aguardando, enfrente demora em razão da ausência de profissionais, especialmente durante períodos de repouso sem a devida cobertura. Destacou a importância do tema trazido, comprometendo-se a cobrar junto à Secretaria de Saúde essas demandas, bem como o pagamento dos profissionais, visto que não há como exigir a continuidade dos serviços diante de atrasos salariais. Mencionou que foram relatadas reclamações relacionadas à empresa JMT, com os terceirizados sem receber vale. Disse esperar que o Executivo pague os médicos, os profissionais da cooperativa e terceirizados. Por fim, lembrou que situações semelhantes já haviam ocorrido em gestões anteriores com a empresa Solaris, em 2024, e estariam se repetindo na atual administração, em 2026, com atrasos nos pagamentos. O vereador Eurico da Japão agradeceu ao aparteante e cedeu um aparte ao vereador Michael Borges, que lamentou o ocorrido relatado pelo tribuno, apontando que a forma como o vereador foi tratado na UPA não seria um caso isolado. Para ele, está na hora do secretário de Saúde intervir na gestão da UPA, ponderando que não se pode generalizar como prática de todos os profissionais. Mencionou que, em outras fiscalizações, como a do vereador Michael Diniz e a dele, dificilmente há esse tipo de situação,

mas observou que, especificamente na UPA, tais episódios têm apresentado certa frequência, levando em consideração que se trata de um ambiente de alto estresse, onde há grande demanda por atendimento rápido, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos profissionais, mas que isso não justifica atitudes de desrespeito, uma vez que os servidores são remunerados para atender a população, que busca por socorro, não podendo o socorrista tratar o paciente dessa forma. Classificou como grave o relato de que a profissional teria se ausentado do atendimento, refletindo que, se tal situação ocorre na presença de um vereador, imagina como a população é tratada. Defendeu a necessidade de intervenção por parte do secretário de Saúde, Lealdo, sugerindo a adoção de medidas para identificar e corrigir os problemas, seja por meio de qualificação dos profissionais, melhoria nas relações de trabalho ou ampliação do quadro de pessoal, inclusive com a realização de processo seletivo, caso necessário, mas que não é admissível que situações dessa natureza se repitam e permaneçam apenas no âmbito dos relatos em tribuna, sem que haja resultado prático. Afirmou não acreditar que tais condutas sejam determinadas ou consentidas pela gestão municipal ou pela Secretaria de Saúde, por considerar tratar-se de comportamento atípico e fora dos padrões, ressaltando que, embora situações semelhantes tenham ocorrido com maior frequência no passado, atualmente não são comuns. Reiterou que a UPA é um ambiente de elevado estresse e grande exigência profissional, mas que isso não justifica o tratamento inadequado à população, sugerindo, novamente, que o secretário de Saúde promova intervenção na unidade, em conjunto com o departamento, para compreender as falhas e orientar os profissionais quanto às suas atribuições, destacando a necessidade de melhor definição de papéis no ambiente de trabalho. Finalizou manifestando solidariedade ao tribuno. O vereador Eurico da Japão agradeceu ao aparteante e cedeu um aparte ao vereador Thiago Fernandes, que prestou solidariedade ao tribuno pelo ocorrido, afirmando que situações dessa natureza têm se tornado recorrentes na UPA, apesar de declarações anteriores de que a unidade estaria funcionando adequadamente, expondo que há registros de servidores tratando de forma inadequada tanto a população quanto representantes do povo. Questionou a efetividade das reuniões, visitas técnicas a unidades de outros estados, já

que a UPA segue estrutura padrão definida pelo Ministério da Saúde. Com isso, indagou quais resultados práticos têm sido apresentados, a não ser o veto ao valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), oriundo de emenda coletiva impositiva dos vereadores, destinado a melhorias. Disse que, nas entrevistas, a gestão continua com divulgação de reuniões e projetos, mas a população demanda ações efetivas. Disse que continua recebendo relatos frequentes de superlotação na UPA, inclusive mencionando episódio ocorrido na noite anterior, por volta das 21h, em que teria sido informado de unidade superlotada, tanto na recepção quanto nos corredores, com uma paciente em estado de convulsão sem o devido atendimento e, diante da situação relatada, a própria população se mobilizou para prestar auxílio à paciente, ponderando que, em razão da superlotação, os profissionais acabam sobrecarregados, somando-se a isso fatores como atraso de pagamentos, falta de estrutura, condições inadequadas de trabalho, além de relatos de perseguição e assédio moral, apontando que tais problemas vêm ocorrendo de forma recorrente e evidente na UPA, defendendo que a gestora municipal saia das reuniões e projetos para a execução de ações concretas, a fim de que a população possa ter maior segurança no atendimento, o que, segundo afirmou, não corresponde à realidade atual. Reafirmou sua solidariedade ao tribuno e que situações como a relatada não se repitam, especialmente no que diz respeito ao atendimento à população, concluindo que a população espera que as ações saiam do discurso e se concretizem na prática, pois é o que a população quer e precisa. O vereador Eurico da Japão agradeceu ao aparteante e informou que parte do ocorrido foi registrada por meio de filmagem, reiterando que 2 (dois) maqueiros que compareceram ao local não realizaram o atendimento imediato à paciente idosa de 90 anos, fato que precisou intervir, apontando possível negligência, e que uma funcionária da administração também solicitou aos profissionais que realizassem a condução da paciente, pois houve insistência para que o maqueiro exercesse sua função. Dirigindo-se à enfermeira mencionada, que se chama Andreia, afirmou ser inadmissível a forma como se dirigiu a um vereador, ponderando que, se tal conduta ocorre com um representante público, imagina a população. Finalizou seu pronunciamento agradecendo as manifestações dos demais vereadores e desejando bom dia

a todos. O presidente interino Michael Diniz agradeceu ao vereador Eurico da Japão e disse que não é a primeira vez que a Casa Legislativa é alvo de situações dessa natureza, mencionando ocorrências anteriores, especialmente em unidades como a UPA e UBS do CAIC, mas que tais episódios reforçam a importância da união entre os parlamentares no exercício de suas funções, visto que a fiscalização é atribuição do mandato, independentemente de posicionamento político, enfatizando que não se pode admitir falta de respeito no desempenho das atividades parlamentares, manifestando solidariedade ao vereador Eurico da Japão e colocando a Casa à disposição para apoiar quaisquer providências necessárias em relação aos fatos ocorridos. Em seguida, o presidente interino convidou o vereador Gabriel César para ocupar a tribuna. O vereador Gabriel César iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos e informou que abordaria a questão da Saúde, apesar do tema já ter sido tratado anteriormente. Passou a relatar a ocorrência verificada na semana anterior na UBS de Passagem de Areia, onde recebeu informação de que uma gestante, com diabetes gestacional, teria recebido insulina vencida. Discorreu que esteve no local, na farmácia, e constatou a existência de 6 (seis) unidades do medicamento com validade expirada em dezembro de 2024, e que, ao dialogar com o diretor da unidade, este afirmou não ter conhecimento da situação. Além disso, o profissional responsável pela entrega não era técnico de farmácia nem farmacêutico, informando que entrou em contato com o secretário de Saúde, que teria se comprometido a adotar as medidas necessárias para apuração dos fatos. Ressaltou a gravidade do ocorrido, especialmente por destinar a medicação à paciente com diabetes gestacional, que necessita do uso diário de insulina, reafirmando que o medicamento entregue possuía validade expirada desde outubro de 2024, sendo utilizado em 2026, e que o secretário de Saúde comunicou que será instaurado processo administrativo para apurar os fatos e adotar medidas para que situações semelhantes não voltem a ocorrer. Em outro tema, sobre a Educação, o tribuno afirmou que não utilizaria a tribuna para dizer que o Cartão Educa chegou, mas para relatar a situação de unidades escolares que passaram por reformas. Informou que esteve no Cmei Tio Hermes, reformada a menos de 5 (cinco) meses, mas, apesar da reforma dos Cmeis e prédios públicos serem amplamente divulgados, constatou que a

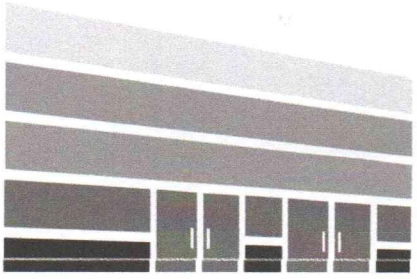
unidade escolar se encontra sem aulas em razão de problemas na infraestrutura, especialmente na parte elétrica, relatando que diversas salas estavam sem energia desde a sexta-feira anterior, questionando como um prédio entregue há poucos meses já apresenta falhas, além de problemas com infiltrações. Apontou que, de acordo com a Cosern, a unidade não foi preparada adequadamente para suportar rede elétrica trifásica, permanecendo com sistema monofásico, o que inviabilizaria a instalação de equipamentos como ar-condicionado. Apontou ainda falhas na área de segurança, destacando que as escolas e Cmeis devem dispor de mangueiras hidráulicas para combate a incêndio, relatando que já havia visitado a unidade antes da reforma e encaminhado ofícios cobrando manutenção, incluindo verificação de extintores e infiltrações, e que retornou ao local para averiguar a situação e constatou a ausência de mangueiras, bem como a existência de extintores vencidos, mesmo após recente reforma, o que demostra o nível de maquiagem da escola. Expôs novamente os problemas de infiltração, como nas salas administrativas e na secretaria, além de salas destinadas a crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos que já apresenta mofo e infiltrações. Diante disso, questionou o padrão das obras realizadas, classificando a situação como inacreditável. Relatou que, ao receber a denúncia, inicialmente acreditou tratar-se de equívoco, considerando que o prédio havia sido entregue recentemente, mas que, ao comparecer ao local, constatou que a situação era ainda mais grave do que o informado, destacando que pais de alunos do bairro Nova Esperança, comunidade carente com mais de 309 (trezentos e nove) alunos, encontram-se sem previsão de retorno das aulas, apontando as dificuldades enfrentadas pelas famílias, que precisam trabalhar sem ter com quem deixar os filhos, além da ausência de material escolar, auxiliares e vagas. Informou que será votado o requerimento de convite/convocação da secretária de Educação, Eliza, defendendo que a mesma compareça à Casa para prestar esclarecimentos e apresentar planejamento para solução dos problemas. Discorreu que esteve na Escola Municipal João Gomes, onde foram abertas 3 (três) turmas e que seria iniciado o funcionamento após o período de Carnaval, o que não ocorreu, assim como na semana seguinte, quando foi informado de que ainda estavam preparando o espaço; depois, ao comparecer no primeiro dia de aula no novo prédio, onde funcionariam 6 (seis) turmas,

constatou diversas irregularidades, como salas com problemas de iluminação, inclusive com ambientes escuros, além de falhas na estrutura dos banheiros. Na cozinha, a merenda não estava completa, bem como falta de profissionais terceirizados, como porteiros e merendeiros. Disse que, embora a Secretaria de Educação tenha anunciado, ainda em janeiro, a abertura de 6 (seis) turmas na Escola João Gomes, ao chegar o período letivo, a estrutura não estava adequada, mesmo após o Carnaval, com os alunos sem receberem fardamento nem kit escolar, tendo aulas no escuro, comparando a situação da Educação a um cenário de descontrole, "um carro sem freio" indo ao precipício. Na condição de membro da Comissão Permanente de Educação, afirmou ser inacreditável a situação enfrentada, reforçando que a unidade Tio Hermes permanece sem previsão de retorno das aulas. Disse que, em conversa com uma senhora, a qual estava acompanhada de uma criança, disse que, ao questioná-la sobre a frequência escolar, foi informado que a criança não estava matriculada por falta de vaga na unidade Tio Hermes, apontando a ausência de planejamento por parte da gestão, de modo que a população vem sendo prejudicada. Em seguida, solicitando o tempo de liderança, cedeu um aparte ao vereador Thiago Fernandes, que parabenizou os temas trazidos pelo tribuno e, em sua avaliação, todo o exposto confirma que há uma administração "sabor" gestão, pois fica apenas na intenção e na construção de uma imagem que não corresponde com a realidade vivenciada no município de Parnamirim. Disse ser grave a situação relatada sobre a entrega de insulina vencida, com validade expirada desde 2024 e que foi utilizado por uma gestante, o que agrava ainda mais o caso. Informou que, tanto no orçamento do ano anterior quanto no atual, seu mandato destinou mais de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para a compra de insulinas, manifestando expectativa de que não haja consequências para a gestante e o bebê. No tocante à Educação, mencionou os problemas apontados no Cmei Tio Hermes, informando que, desde o ano anterior, há requerimento aprovado solicitando informações sobre o contrato e a execução da reforma do prédio, que foi realizada e entregue com divulgação e mídia, mas que, na prática, tem se constatado que se tratou de mais uma maquiagem. Relatou ainda situação recente no Cmei Ivete Maria, informando que esteve no local na semana anterior e utilizou a tribuna para tratar do tema, e que havia sido anunciada

a entrega da unidade na sexta-feira da semana retrasada, mas que, até o dia anterior, ainda não estava concluída. Informou que há anúncio de retorno das aulas para a próxima quinta-feira, porém avaliou que a intervenção realizada será mais uma maquiagem, com pintura e alguns ajustes, sem solução do problema principal que motivou a reforma, relacionado às fossas, que não serão concluídas. Questionou a finalidade dessas entregas nessas condições, afirmando que seria para viabilizar o retorno das aulas e a entrega de fardamentos, já disponíveis na unidade, com divulgação como se fosse um favor e não uma obrigação. Acrescentou que há relatos de fardamentos incompletos, inclusive com distribuição de peças antigas da gestão anterior, além de problemas de infiltração, falhas na rede elétrica, falta de merenda escolar, com casos de liberação antecipada de alunos por falta de alimentação e situações em que estudantes estariam recebendo repetidamente cuscuz com ovo, que, apesar de ser um alimento adequado, não seria apropriado de forma contínua, especialmente para crianças. Acrescentou que, além das situações já mencionadas na unidade João Gomes, no bairro Liberdade, há também escolas no bairro de Nova Esperança onde foi prometida a ampliação de salas, o que ainda não aconteceu. Afirmou que tais fatos reforçam o entendimento de que a Educação não tem sido tratada como prioridade. Mencionou ainda que assistiu a um trecho de entrevista da gestora municipal, no qual teria afirmado que o legado de sua gestão para Parnamirim seria a Educação, o que o levou a questionar como estariam as demais políticas públicas que não seriam consideradas como legado. Finalizou dirigindo-se à população refletindo que, se esse é o legado, imagina aquele que não será. O vereador Gabriel César agradeceu ao aparteante e, apenas para correção, informou que não é desde a sexta-feira que o Cmei Tio Hermes está sem aulas, esclarecendo que, na quarta-feira, não houve aula em razão de paralisação dos profissionais da Educação e que, conforme mensagens recebidas, também não houve aulas na quinta-feira, somando-se aos dias seguintes sem funcionamento, mas que, embora possa haver tentativa de justificar como problema pontual, não foi. Citou outros exemplos, como o Cmei Sadi Mendes, em Nova Parnamirim, que, mesmo após recente reforma, também ficou sem aulas devido a problemas na caixa d'água, não sabendo informar se já houve retorno, bem como o Cmei Etenize Xavier.

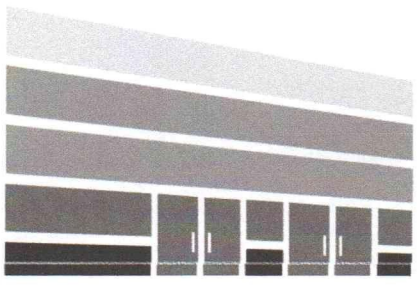
Mencionou inclusive mensagem de mãe solicitando visita ao Cmei Ivete Maria, que até o momento as aulas não haviam iniciado. Reafirmou as dificuldades na área da Educação, como a ausência de fardamento e de kits escolares, relatando situação observada na Escola João Gomes, onde uma criança utilizava material improvisado, enquanto aguardava a entrega do kit escolar. Para ele, é uma política de pão e circo, já que não foram entregues kits escolares nem fardamentos, além de colocarem as crianças em prédio considerado impróprio; na Escola João Gomes, a cozinha não possui iluminação, somando-se à ausência de merenda, questionando a situação enfrentada. Disse que irá na Secretaria de Educação em busca de esclarecimentos, ressaltando dificuldades no acesso às informações, mesmo após envio de ofícios e convocações, defendendo a necessidade de diálogo direto com a gestão diante do cenário. Reiterou desaprovação à condução da Educação no município e, quanto à declaração que a gestão deixará um legado na Educação, pediu para que não avance porque não está dando certo. Declarou estar indignado e triste com os problemas enfrentados na educação de Parnamirim, pois, para ele, a Educação de Parnamirim está entregue às baratas, citando novamente as falhas. Finalizou seu pronunciamento apelando pela aprovação do requerimento para que a secretária de Educação compareça à Casa Legislativa para prestar esclarecimentos e apresentar planejamento, pois, no ano anterior, não foram apresentados detalhes sobre reformas, não esclareceu sobre o Cartão Educa Parnamirim, inclusive a empresa relacionada ao programa Educa Parnamirim permanece fechada. O presidente interino convidou o vereador Michael Borges para ocupar a tribuna. O vereador Michael Borges saudou a todos e iniciou seu pronunciamento informando que utilizava a tribuna para direcionar um recado especialmente aos pais de meninas, recomendando que incentivem suas filhas a praticarem jiu-jitsu ou outras formas de defesa pessoal, como meio de aprendizado para se protegerem. Justificou sua fala mencionando casos recentes divulgados na mídia, que classificou como absurdos, citando o exemplo de uma jovem de 17 anos que, após o término de um relacionamento com um rapaz de boa condição financeira, foi convidada por ele a ir até seu apartamento. Relatou que, por se tratar de alguém de confiança, a jovem aceitou o convite, mas ao chegar ao local encontrou outros indivíduos, sendo

trancada em um quarto, sendo vítima de violência e estupro. Informou ainda que um dos envolvidos seria menor de idade e os demais estariam sendo procurados, classificando-os como "monstros". Diante disso, reforçou a importância de preparar as filhas para se defenderem, mencionando inclusive que possui 2 (duas) filhas que praticam jiu-jitsu, mas que, embora isso não garanta a eliminação de riscos, pode contribuir para uma eventual fuga ou identificação de situações de perigo. Questionou sobre os valores da sociedade e a forma como alguns jovens estão sendo criados pelos pais, classificando-os como "porcaria". Seguiu afirmando que esses "monstros" foram criados sendo mimados recebendo tudo o que queriam sem limites, o que os levou a tratar o corpo de outra pessoa como seu playground, sua propriedade. Afirmou que esse tipo de conduta tem origem na criação familiar, atribuindo responsabilidade aos pais, que criaram esses "monstros" mimados. Em seguida, fez menção a outro caso de violência envolvendo maus-tratos ao cão orelha. Na sequência, citou os nomes dos envolvidos no caso da jovem: João Gabriel Xavier Breto, 19 anos; Vitor Hugo Simonin, 18 anos; Matheus Martins, 19 anos; Bruno Felipe Alegretti, 18 anos, acrescentando que um deles seria filho de um secretário de governo do Rio de Janeiro, com pasta ligada à Secretaria de Direitos Humanos. O orador destacou que os fatos ocorreram às vésperas do dia 8 de março, quando tradicionalmente são realizadas homenagens às mulheres, mas argumentou que o verdadeiro reconhecimento deve ocorrer por meio do respeito, da garantia de dignidade e igualdade de tratamento, além da educação dentro de casa para que filhos aprendam a respeitar as mulheres. Apontou que muitas dessas atrocidades são institucionalizadas, como o caso julgado pela 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no qual, conforme relatou, houve entendimento de que uma menor de 12 (doze) anos teria condições de constituir família e que a relação, sendo considerada consensual, não configuraria crime de estupro. Afirmou que a Constituição Federal é clara ao estabelecer que menores de 14 (quatorze) anos de idade são absolutamente incapazes, enfatizando que, em seu entendimento, o termo "absoluto" não admite interpretações ou questionamentos, de modo que, nessa condição, a criança não possui capacidade para tomar decisões, trabalhar, casar ou assumir responsabilidades, devendo ser reconhecida como tal, sem margem para



interpretações. Desaprovou, então, argumentos que tentaram justificar a situação com base em uma suposta vida pregressa da vítima, questionando com que idade havia iniciado a vida pregressa da menor, classificando tal situação como estupro continuado. Para o vereador, houve uma "compra", com oferta de benefícios materiais à família de baixa renda, o que, em sua avaliação, configura uma forma grave de exploração sexual à menor de idade. Afirmou que se preocupa com a sociedade que suas filhas irão encontrar, pois possui uma filha de 11 (onze) anos de idade e, em sua visão, não há autoridade que o convença a considerar normal qualquer situação em que um adulto venha a ultrapassar limites com uma menor, com consentimento ou não, pois não é normal. De forma enfática disse que, diante de uma situação dessa natureza, reagiria para proteger sua filha, pois entende ser esse o papel de um pai. Disse que esse é um tema difícil de abordar, inclusive com dificuldade em dar continuidade à fala, e passou a citar um posicionamento da Organização das Nações Unidas - ONU, publicado no dia 27, no qual alerta que a violência contra a mulher alcançou dimensão global e revela falhas estruturais na proteção dos direitos humanos. Informou que esse alerta foi apresentado durante o discurso do Conselho de Direitos Humanos da ONU, destacando que, segundo o comissário, a persistência desses casos evidencia a incapacidade dos sistemas nacionais de prevenir crimes, proteger vítimas e responsabilizar os agressores. Ressaltou que o que mais chama atenção, segundo a ONU, é justamente a dificuldade em punir os criminosos, relacionando essa análise ao caso anteriormente mencionado ocorrido em Minas Gerais. Reafirmou sua desaprovação à situação da menor, que foi estuprada e feita de escrava sexual, mas que, ainda assim, o acusado foi considerado inocente, sendo interpretado o caso como se houvesse uma relação familiar, o que considerou inaceitável diante da idade da vítima e do agressor. Disse que, segundo informações, no momento em que o acusado foi localizado pela polícia, ele estaria em frente à residência, consumindo bebida e preparando um cigarro de maconha, enquanto a vítima se encontrava no interior do imóvel. Em seguida, destacou a proximidade do dia 8 de março e afirmou ser necessário que a sociedade reflita sobre situações como essa. Reforçou, mais uma vez, como pai de meninas, a importância de incentivar a prática de defesa pessoal para as filhas, bem como a necessidade de educar os

filhos para que respeitem o corpo e os limites das outras pessoas. Finalizou seu pronunciamento dirigindo-se aos pais, dizendo que sejam homens para proteger suas filhas diante de qualquer situação. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatado também a presença dos (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Ítalo de Brito Siqueira, Jonas Monteiro Carlos Godeiro, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Rodrigo Albuquerque Cruz. O presidente interino informou que não havia mais oradores inscritos e solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, José Michael Lucena Diniz, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza Bernardino, Raphaela da Silva Cruz, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Rodrigo Albuquerque Cruz, Rômulo Dantas da Silva e Thiago Fernandes da Silva. Atingido o quórum de deliberação exigido, procedeu-se à votação das matérias, colocando em única discussão, em única votação: Redação Final n. 09/2026 oriunda do Projeto de Lei n. 120/2025 – "cria o Cadastro Municipal de Pessoas Punidas por Maus-Tratos a Animais, no âmbito do município de Parnamirim/RN e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino) – recebeu 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. Em 2ª (segunda) discussão, em 2ª (segunda) votação: Projeto de Lei n. 028/2025 – "institui o Dia Municipal da Saúde e Nutrição no Calendário Oficial de Eventos do Município de Parnamirim/RN e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Michael Borges de Souza Bernardino) – recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada. Em única discussão, em única votação: Requerimento Legislativo n. 013/2026 – "requer, ouvido o Plenário, autorização para que o projeto: Projeto de Lei



Complementar n. 01/2026 – "concede reajuste do piso salarial do magistério do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Executivo Municipal – Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz) tenha sua tramitação em regime de urgência" (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora) – recebeu 16 (dezesseis) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção – proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 014/2026 – "requer ouvido o Plenário com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 39, inciso XIX da Lei Orgânica do Município de Parnamirim e no artigo 18, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim, que a exma. prefeita de Parnamirim/RN, a senhora Raimunda Nilda da Silva Cruz, remeta a esta Casa Legislativa informações detalhadas sobre a motivação da transferência do CRAS para as instalações do LEAN no bairro da Liberdade, e que dê ciência a esta Câmara, sobre qual espécie de contrato foi celebrado entre as partes" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva) – em discussão, o vereador Chicão solicitou para que o requerimento seja encaminhado à secretária da Secretaria de Assistência Social, Fativan Alves, que é quem tem conhecimento sobre a mudança do CRAS, e não à prefeita Nilda. Deste modo, votou contra o requerimento. Pediu para que a base siga a orientação. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes argumentou que a Chefe do Executivo é Nilda Cruz e, se a tramitação não está com ela, está com os seus auxiliares. Portanto, é só solicitar à secretária Fativan Alves para fornecer as informações. Disse que, caso o requerimento não seja aprovado, mais uma vez, estão querendo encobrir informação, ponderando que o critério é de cada vereador e que eles votem com consciência para a população, de fato, acompanhar. O presidente interino informou que a votação seguiria no modo tradicional (*of line*). Encerradas as discussões, o Requerimento Legislativo n. 014/2026 foi rejeitado; Moção de Aplauso n. 022/2026 – "à servidora Edilsa Mary Alves Victor, integrante da Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos – SEMMUD, em reconhecimento à sua relevante atuação na realização da campanha "Não é Não", com a implementação de um QR Code para denúncias, durante o Carnaval de Pirangi 2026" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos) – aprovada por unanimidade dos presentes; Moção de Aplauso

n. 023/2026 – "moção de aplausos para o Gabinete Civil – GACIV pelos excelentes serviços prestados no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – em discussão, a vereadora Rafaela de Nilda solicitou ao autor sua subscrição, sendo concedido. Encerrada a discussão, a Moção de Aplauso n. 023/2026 foi aprovada, com a abstenção do vereador Thiago Fernandes; Moção de Aplauso n. 024/2026 – "moção de aplausos para o Conselho Tutelar pelos excelentes serviços prestados no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – em discussão, a vereadora Rafaela de Nilda solicitou ao autor sua subscrição, sendo concedido. Encerrada a discussão, a Moção de Aplauso n. 024/2026 foi aprovada por unanimidade dos presentes; Moção de Aplauso n. 025/2026 – "moção de aplausos para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR pelos excelentes serviços prestados no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – em discussão, a vereadora Rafaela de Nilda solicitou ao autor sua subscrição e parabenizou a secretária Renata, que fez a identificação dos ambulantes com colete e crachá no Carnaval de Pirangi deste ano, pois nunca teve. O presidente interino informou que os vereadores Eder Queiroz, Afrânio Bezerra e Rodrigo Cruz também solicitaram subscrição, sendo concedido. Encerradas as discussões, a Moção de Aplauso n. 025/2026 foi aprovada, com abstenção do vereador Thiago Fernandes; Moção de Aplauso n. 026/2026 – "moção de aplausos para a Secretaria Municipal de Saúde – SESAD pelos excelentes serviços prestados no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – em discussão, a vereadora Rafaela de Nilda solicitou ao autor sua subscrição, sendo concedido. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes expressou voto contrário, visto que não pode concordar com a moção já que as UPAs, antes e durante o Carnaval, estavam superlotadas, assim como o pós-carnaval. Disse não ser coerente votar a favor com negligências em alguns serviços de saúde. Por esta razão, seu voto é contrário. O presidente interino registrou votos contrários dos vereadores Thiago Fernandes, Gabriel César e da vereadora Carol Pires. Encerradas as discussões, Moção de Aplauso n. 026/2026 foi aprovada; Moção de Aplauso n. 027/2026 –

"moção de aplausos para a excelentíssima prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz pela organização e excelência no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – em discussão, a vereadora Rafaela de Nilda solicitou ao autor sua subscrição, assim como o vereador Eder Queiroz, sendo concedido. Em discussão, o vereador Thiago Fernandes opinou que é um ato de gestão, não devendo parabenizar por uma ação que não é nenhum favor. Portanto, vota contrário. O presidente interino registrou os votos desfavoráveis dos vereadores Thiago Fernandes, Gabriel César e da vereadora Carol Pires. Encerradas as discussões, a Moção de Aplauso n. 027/2026 foi aprovada; Moção de Aplauso n. 028/2026 – "moção de aplausos para o 3º Batalhão da Polícia Militar pelos excelentes serviços prestados no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – aprovado por unanimidade dos presentes; Moção de Aplauso n. 029/2026 – "moção de aplausos para a Polícia Civil pelos excelentes serviços prestados no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – em discussão, a vereadora Rafaela de Nilda solicitou ao autor sua subscrição, sendo concedido. Encerrada a discussão, a Moção de Aplauso n. 029/2026 foi aprovada por unanimidade dos presentes; Moção de Aplauso n. 030/2026 – "moção de aplausos para o Corpo de Bombeiros Militar pelos excelentes serviços prestados no Carnaval de Pirangi/Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Diego Américo de Carvalho) – aprovado por unanimidade dos presentes; Moção de Repúdio n. 01/2026 – "à decisão proferida pela 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que, ao julgar recurso referente a um caso envolvendo um homem de 35 anos e uma menina de 12 anos, reformou a sentença de primeira instância e absolveu o acusado da prática de estupro de vulnerável, sob a alegação de um suposto "vínculo afetivo consensual"" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva) – em discussão, o autor argumentou que o vereador Michael Borges já havia mencionado o caso em sua fala e destacou que a decisão foi revista. Ressaltou, no entanto, que considera importante a manutenção da moção de repúdio, pois, em sua avaliação, sem a repercussão e o apelo

popular, a decisão anterior era uma realidade. Enfatizou que a legislação estabelece limites claros em relação à idade, independentemente de consentimento ou autorização dos responsáveis, não sendo permitido relativizar tais situações. Defendeu que não se pode permitir que casos dessa natureza se tornem regra. Em seguida, parabenizou aqueles que revisaram a decisão, e que o acusado deverá responder pelo crime cometido e que o caso sirva de exemplo para evitar novas ocorrências. Acrescentou, ainda, que fatores sociais e familiares podem influenciar determinadas situações, mas expressou o desejo de que o caso sirva de alerta para que situações semelhantes não se repitam no país. Em discussão, o vereador Michael Borges parabenizou o autor pela moção apresentada e solicitou autorização para subscrevê-la. Acrescentou que um dos desembargadores que proferiu a decisão, após a repercussão, um sobrinho veio a público dizer que foi violentado pelo desembargador quando criança e, posteriormente, sua denúncia foi reforçada por outras 4 (quatro) pessoas que também relataram terem sido vítimas de abuso. Em sua avaliação, isso é bem preocupante e mostra o quanto essa prática está entranhada no Estado Brasileiro, sendo necessário combater, denunciar, fazendo com que esses casos sejam evidenciados para que essas pessoas sejam punidas. Finalizou reiterando os parabéns ao autor da moção. Em discussão, o vereador Gabriel César solicitou ao vereador Thiago Fernandes a subscrição na moção e, conforme já mencionado pelo vereador Michael Borges, após a repercussão do caso, surgiram denúncias do sobrinho e de outras pessoas que relataram terem sido vítimas de abuso por parte de um dos desembargadores envolvidos na decisão. Classificou como esdrúxula a decisão anteriormente proferida, ao comparar a situação a uma suposta relação conjugal entre um homem de 35 anos e uma criança de 12 anos. Em seguida, parabenizou o deputado do estado de Minas Gerais, NIkolas Ferreira, no sentido de cobrar providências junto ao Tribunal de Justiça, ressaltando que a decisão foi posteriormente anulada e que o acusado deverá responder pelo crime. Também mencionou a responsabilidade da mãe da vítima, que tinha conhecimento dos fatos, e defendeu a adoção de medidas cabíveis. Prosseguiu destacando a importância de atenção por parte da população, especialmente em um ano eleitoral, em que serão escolhidos senadores, governadores e deputados federais, sendo

necessário observar as pautas defendidas pelos candidatos. Pontuou que não adianta apenas reclamar, sendo fundamental escolher representantes que se posicionem favoravelmente a temas como a redução da maioridade penal, castração química e penas mais duras para bandidos, afirmando que houve parlamentares do PT (Partido dos Trabalhadores) que votaram contra a essas propostas. Em sua avaliação, não adianta a população apenas reclamar da violência se as leis não são modificadas, atribuindo essa situação às decisões dos representantes eleitos. Em seguida, citou um relato envolvendo um criminoso nos Estados Unidos que escolhia suas vítimas com base no comportamento dos pais, evitando aqueles que aparentavam oferecer maior resistência e escolhendo alvos considerados mais vulneráveis. A partir disso, reforçou a necessidade de atenção e vigilância por parte das famílias. Declarou ainda que é pai de 2 (duas) meninas e que, diante de uma situação dessa natureza, agiria de forma firme para impedir que o agressor voltasse a cometer crimes. Finalizou afirmando que tem orado por mudanças na realidade do país, do estado e do município, reconhecendo a gravidade da situação atual, defendendo a importância de posicionamento da sociedade e do fortalecimento das famílias, e expressando esperança por dias melhores. O presidente interino solicitou, inicialmente, a subscrição da moção e, em complemento, disse que a fala do vereador Gabriel César é importante, pois, em sua visão, a presença do pai na proteção da família não tem sido devidamente reforçada atualmente, embora haja maior autonomia concedida aos filhos a partir de determinada idade, pouco se discute sobre a responsabilidade de quem provê e protege o núcleo familiar, considerando um tema relevante e pouco debatido no país. Para ele, muitos problemas poderiam ser evitados se fossem resolvidos no âmbito familiar, como ocorria em tempos anteriores, o que, segundo seu entendimento, contribuiria para a moral e a ordem. Acrescentou que percebe a falta de políticos que deem ao pai de família a autorização para fazerem justiça e trazerem novamente a ordem, pois se for depender dos que estão no poder, o Brasil vai "de ladeira abaixo", prova disso foi a decisão do caso citado, sendo a primeira vez que viu esse tipo de decisão. Encerradas as discussões, a Moção de Repúdio n. 01/2026 foi aprovada por unanimidade dos presentes; Moção de Solidariedade n. 02/2026 – "ao jornalista Fernando Azevêdo, profissional da Tribuna do Norte,

que foi alvo de ataques e comentários ofensivos nas redes sociais enquanto exercia seu trabalho de cobertura jornalística do tradicional bloco carnavalesco "Os Cão", realizado no bairro da Redinha, durante o Carnaval em Natal/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva) – em discussão, o autor explicou que a moção de solidariedade é destinada a Fernando Azevedo, ex-estagiário da Casa Legislativa, que atuou na Ascom, relatando que, durante a cobertura de um bloco, ao exercer sua atividade profissional, foi alvo de diversos comentários ofensivos em uma postagem. Destacou que o mesmo estava apenas desempenhando seu ofício e que, apesar de recém-formado na área jornalística, vem se destacando, inclusive com atuação em jornais e editoriais fora do estado. Enfatizou que o respeito deve prevalecer em qualquer ambiente. Por fim, solicitou o voto favorável dos vereadores à referida moção. Encerrada a discussão, a Moção de Solidariedade n. 02/2026 foi aprovada por unanimidade dos presentes. Encerradas as deliberações, foi constatada as ausências dos (as) vereadores (as): César Augusto de Paiva Maia, Eurico Shigeyuki dos Santos Shiiki, Jonas Monteiro Carlos Godeiro e Rárika de Araújo Bastos. Ato contínuo, o presidente interino passou a palavra ao vereador Thiago Fernandes, que comunicou a todos que, na presente data, às 14h, será realizada a reunião da Comissão Permanente de Cultura e Desporto, marcando a retomada dos trabalhos referentes ao ano legislativo. Nada mais havendo a tratar, o presidente interino Michael Diniz declarou encerrados os trabalhos às onze horas e trinta e dois minutos, convocando outra Sessão para o dia seguinte, quatro de março, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

JOSÉ MICHAEL LUCENA DINIZ

Vereador/Presidente interino

THIAGO FERNANDES DA SILVA
Vereador/1º Secretário

EURICO SHIGEYUKI DOS SANTOS SHIIKI
Vereador/2º Secretário

Av. Castor Vieira Régis, s/nº, Cohabinal
Parnamirim/RN - 59140-670
(84) 99896-0169
www.parnamirim.rn.leg.br